



Clipping Nacional

de

EDUCAÇÃO

Brasília, 05 de Agosto de 2019

Fundo do pré-sal não eleva verba de Saúde e Educação

Por Marcos de Moura e Souza | De Belo Horizonte

Os recursos do pré-sal para as áreas de educação e saúde estão ganhando impulso, puxados pelo aumento da produção de petróleo. Mas, neste ano, com a decisão do governo de contingenciar as verbas dos ministérios da Educação e da Saúde, o dinheiro do petróleo na verdade tem servido apenas para tapar buraco e não para, de fato, incrementar as verbas dessas pastas.

Entre 2014 e 2016, a fatia do chamado fundo social - que é abastecido pelos royalties - destinada às duas áreas ficou entre R\$ 1,5 bilhão e R\$ 2 bilhões, segundo dados da Secretaria Nacional do Tesouro. Em 2017, subiu para R\$ 4,2 bilhões. Em 2018 houve um salto: R\$ 8,5 bilhões. E, até junho deste ano, a arrecadação somou R\$ 4,7 bilhões.

O Ministério da Educação (MEC) informou ao Valor que já arrecadou com o fundo neste ano R\$ 4,2 bilhões. A maior parte foi usada em repasses de R\$ 2,7 bilhões aos municípios como forma de complementação da União ao Fundeb (o fundo que financia a educação básica), e R\$ 1 bilhão, para bolsas de estudo no ensino superior.

Não fossem os recursos dos royalties, o MEC teria tido dificuldades para honrar esses repasses. O ministério foi até agora o que sofreu o maior contingenciamento orçamentário neste ano, com bloqueio de R\$ 6,2 bilhões (de um orçamento de R\$ 116,3 bilhões). Na Saúde, o contingenciamento foi menor: R\$ 1,4 bilhão (o orçamento é de R\$ 122,6 bilhões).

A soma dos valores contingenciados de Educação e Saúde representa quase o dobro do que os dois ministérios arrecadaram até junho com royalties do pré-sal.

Relatora da proposta de emenda constitucional (PEC) 15/2015 que torna o Fundeb um instrumento permanente, a deputada Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO) diz que há o receio de que os crescentes recursos do petróleo acabem nos próximos anos apenas substituindo outras verbas que hoje compõem o orçamento do ministério, e não, efetivamente, o aumente.

O fundo social foi criado em 2010, último ano do segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Parte dos recursos fica em Educação e Saúde, parte vai para compensações pela exploração de petróleo e gás. Há ainda uma fatia reduzida para políticas públicas específicas.

O fundo recebeu até junho um total de R\$ 9,4 bilhões e deve fechar o ano com R\$ 18,4 bilhões, segundo previsão da Agência Nacional do Petróleo (ANP). Em 2018 foram R\$ 17 bilhões.

Os royalties do fundo social advêm da produção de campos do pré-sal com declarações de comercialidade anteriores a dezembro de 2012. São campos mais maduros e produtivos.

Os royalties dos campos com declaração posterior a dezembro de 2012 têm carimbo específico para educação e saúde. O volume de verbas dessa fonte ainda é muito inferior que a do fundo social.

A Petrobras é a principal operadora do pré-sal. Em 2010, a produção média foi de 41 mil barris por dia (bpd). Em 2018, havia chegado a 1,5 milhão. A produção na camada pré-sal já representa 60% da produção de petróleo do país.

A previsão é que o país dobre sua produção diária de petróleo em dez anos, atingindo cerca de 7 milhões de barris de óleo equivalente (boe), segundo a ANP.

Se isso se confirmar, tudo o que estiver vinculado à produção de petróleo, como os valores do fundo social, vai dobrar, diz a agência,





acrescentando que esse cenário depende da estabilidade dos preços do barril e do câmbio.

AANP estima que até 2023 tanto o fundo social quanto os royalties carimbados especificamente para educação e saúde terão recebido R\$ 104,4 bilhões.

A pergunta hoje é se as duas áreas conseguirão que seus orçamentos sejam realmente engordados ou se os recursos esperados serão usados para tapar novos buracos.

Gabriel Corrêa, gerente de políticas educacionais do Todos Pela Educação, entidade dedicada a estudar políticas públicas educacionais, lembra que uma das bandeiras de especialistas na área é que o governo federal amplie os valores que destina para complementar o orçamento do Fundeb.

"Todos nós sabemos e levamos em conta que o país vive uma crise fiscal, mas uma das grandes apostas nossas é que esses recursos do petróleo permitam um aumento dessa complementação", diz Corrêa.

A deputada Dorinha afirmou que na PEC que está relatando apontará recursos dos royalties como uma das fontes para assegurar o aumento dessa complementação.

A equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, vem discutindo possíveis mudanças na gestão do fundo social, de modo que os recursos deixem de ser concentrados na União. Atualmente a fatia para os ministérios da Educação e da Saúde que vem do fundo entra direto no caixa das duas pastas.

Contas mais apertadas

Contrato suspenso por Weintraub trava R\$ 130 milhões para escolas-piloto

RENATA MARIZ E BRUNO ALFANO

BRASÍLIA E RIO- O Ministério da Educação (MEC) está com repasses travados, de cerca de R\$ 130 milhões, destinados a 3.519 escolas em todo o país que participam do programa federal de apoio à implementação do Novo Ensino Médio.

O problema, no entanto, não é falta de dinheiro. Embora disponíveis, os recursos não podem ser transferidos porque o desenvolvimento de um sistema informatizado foi interrompido após o ministro Abraham Weintraub romper o acordo de cooperação que a pasta tinha com a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI).

As unidades que receberiam essa verba são chamadas escolas-piloto. O dinheiro seria usado na flexibilização do currículo — uma das bases do Novo Ensino Médio, que compreende a elaboração de itinerários formativos e oferta de disciplinas eletivas — e na formação de professores para esse novo modelo.

Na prática, a verba bancaria a aquisição de materiais de consumo, contratação de serviços, reparos na

infraestrutura escolar e compra de equipamentos e mobiliários. O Novo Ensino Médio, estabelecido por medida provisória em 2017, será implantado nessas escolas já em 2020, e no restante da rede em 2021.

— As atividades que estão fora do currículo regular geram um custo que seria coberto por esse dinheiro — conta Vitor de Angelo, secretário estadual de Educação do Espírito Santo, estado que tem 16 escolas-piloto.

— Enquanto ele não vem, seguimos com os nossos trabalhos de planejamento. Quando a verba sair, faremos as compras.

Weintraub anunciou, no início de julho, que estava rompendo unilateralmente a parceria entre o MEC e a OEI porque o contrato não teria respeitado ritos formais. Com a decisão do ministro, foram dispensados 89 consultores que prestavam serviços ao ministério contratados pelo organismo internacional, dos quais 50 atuavam na área de tecnologia da informação.

SISTEMAS SEM SUPORTE

Diversos sistemas em desenvolvimento ou em atualização ficaram sem suporte. Um deles é o que roda o programa Novo Ensino Médio. Sem ele, as escolas não podem enviar ao MEC as Propostas

de Flexibilização Curricular — condição estabelecida em edital para a liberação da verba.

O programa informatizado é necessário para fazer a avaliação desses planos de ação. O projeto apresentado tem que estar alinhado à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ensino Médio, aprovada no fim do ano passado. Só depois da validação dessas informações, por meio do sistema, os repasses são autorizados. Segundo técnicos, é inviável fazer todo esse trabalho manualmente, sem o apoio da ferramenta digital que estava em desenvolvimento.

O dinheiro do programa, cujo valor por unidade depende da quantidade de alunos, não é alvo de contingenciamento no MEC. A verba já está, inclusive, empenhada (fase da execução orçamentária que reserva o recurso para garantir o desembolso), mas com liberação travada.

O primeiro repasse (20% do valor) do Novo Ensino Médio foi realizado no último dia de 2018. As escolas aguardavam o segundo aporte no primeiro semestre deste ano. Também estava prevista uma terceira injeção de verba nas unidades. No total, o investimento é de R\$ 350 milhões. Somente Rio de Janeiro, São Paulo, Rondônia e Distrito Federal não aderiram ao programa.





Com a primeira parcela, por exemplo, a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio José Vitor Filho, em Cariacica, região metropolitana da Grande Vitória, conseguiu pagar a manutenção de algumas salas para as aulas de Projeto de Vida e comprou equipamentos como data show e material didático.

— Conseguimos dar esse pontapé inicial com a verba que veio. Quando chegar a segunda parte, vamos reunir o conselho escolar para decidir como gastaremos — afirma a diretora Edma Luppi Batista Salomão, que ofereceu novidades no primeiro semestre.

— Tivemos eletivas de Nutrição e Fotografia que foram sucesso.

O MEC, em nota, atribui a indisponibilidade do sistema a "problemas herdados da gestão anterior", sem informar quais seriam as falhas encontradas pela atual equipe. A pasta não respondeu aos questionamentos sobre a relação entre a saída dos consultores contratados pela OEI e a dificuldade tecnológica que impede os repasses às escolas.

SOLUÇÃO EM "ATE DOIS MESES"

A pasta acrescentou que está empenhada em buscar uma solução "em até dois meses". Às escolas, o MEC tem prometido a verba para até o fim do mês.

Weintraub já afirmou que o modelo de parceria entre MEC e OEI contrariava normas previstas para a formulação dos acordos de cooperação com organismos internacionais. Ele disse que parâmetros formais foram desrespeitados, como o fato de os termos do acordo não terem sido analisados pela consultoria jurídica da pasta, e o projeto básico não ter sido elaborado pelo ministério. O MEC informou que, desde que o documento passou a vigorar, em 2008, R\$ 178 milhões foram transferidos à OEI.

O período de vigência do acordo engloba os governos Lula, Dilma e Temer. Neste período, os repasses aumentaram de R\$ 4,4 milhões (2008) a R\$ 37,4 milhões (2018). O resultado da apuração interna foi enviado para o Ministério Público Federal (MPF), Tribunal de Contas da União (TCU) e Controladoria-Geral da União (CGU), segundo o MEC.

O rompimento do acordo surpreendeu até a área técnica da pasta. Internamente, ele é visto com desconfiança e alguns acreditam que os motivos de Weintraub seriam ideológicos, por estabelecer uma suposta identificação do organismo com setores da esquerda.

Nos bastidores, comentase que o programa foi implementado sem irregularidades graves, como problemas na prestação de contas ou indícios de desvio de verbas.

Embora diga que sua prioridade à frente do MEC é o ensino básico, Weintraub não poupou a educação de crianças e adolescentes dos contingenciamentos e até de falhas internas, como a que atinge o Novo Ensino Médio.

Procurada, a OEI não respondeu a questionamentos específicos a respeito dos sistemas informatizados que estavam sendo desenvolvidos. O organismo internacional destacou, em nota, que "preza pelos princípios da transparência e da legalidade em todos os acordos firmados nos 23 países (...) em que atua" e defendeu que os acordos com o governo brasileiro "estão criteriosamente em conformidade com a lei e normas deste país".

ANTÔNIO
GOISantonio.gois@edurea.org.br

Desigualdades e diferenças

Boa parte da desigualdade identificada no desempenho geral de alunos é resultado de ações que ocorrem dentro da escola. Vários estudos nacionais e internacionais já identificaram esse fenômeno. O mais recente deles foi publicado no mês passado, numa das revistas científicas da Associação Americana de Pesquisas Educacionais (Ae-

ra), e avaliou a qualidade das aulas em estabelecimentos que recebem recursos do programa federal “Head Start”, voltado para a primeira infância nos EUA.

Os pesquisadores analisaram dados de 596 salas de aula em 196 escolas. Foram considerados resultados acadêmicos e socioemocionais dos alunos, além de questões como o número médio de crianças por turma, a qualificação dos professores, e uma avaliação da própria qualidade da aula, feita in loco por avaliadores do “Head Start”. A principal conclusão foi que entre um terço e metade da diferença na qualidade observada do atendimento é causada não pela desigualdade entre um centro e outro, mas, sim, pelo que acontece dentro dessas escolas.

No Brasil, há pesquisas que também já identificaram como essa desigualdade interna pode ser agravada. Num trabalho feito em 2017 para a consultoria Idados, a pesquisadora Mariana Leite analisou características de 426 escolas municipais que tinham dentro do mesmo prédio tur-





mas de alto desempenho (com resultados que as colocavam entre as 25% melhores escolas do país) e de baixo desempenho (entre as 25% piores). O estudo mostrou que turmas de pior resultado tinham maior proporção de alunos repetentes, menor expectativa dos professores em relação ao sucesso acadêmico dos estudantes, e maior chance de estarem sob a

O foco da preocupação deve estar nos casos em que a diferença no desempenho é causada pelo acesso diferenciado a oportunidades educacionais

responsabilidade de um professor temporário ou menos experiente.

Ao falar sobre esses fenômenos, é necessário, porém, fazer uma distinção entre o que são desigualdades que precisam ser combatidas e diferenças nor-

mais entre indivíduos. Esse foi o argumento feito pelo professor Douglas Ready (Universidade Columbia), especialista em estudos sobre equidade na educação, em evento realizado em Maio no Insper,

em São Paulo. Adaptando o exemplo dado por Ready ao contexto brasileiro, podemos dizer que, na melhor escola particular do Brasil, se analisarmos numa mesma turma a distribuição das notas apenas entre crianças com iguais características observáveis (tais como sexo, raça, idade, escolaridade ou renda dos pais), ainda assim haverá alguns poucos nos extremos de melhor ou pior desempenho, e um grupo maior próximo da média da turma. É o que os estatísticos chamam de curva de distribuição normal.

No caso acima, são diferenças explicadas principalmente pelo mérito, talento ou outras características individuais, que sempre vão existir. O foco da preocupação das políticas públicas, porém, deve estar nos casos em que a diferença no desempenho é causada pelo acesso diferenciado a oportunidades educacionais, como nos exemplos listados acima. É essa a desigualdade que precisa ser melhor entendida e combatida, por atrasar o desenvolvimento econômico e social de todo o país.

Pesquisas indicam que 1/3 pensa como o presidente em temas de falas agressivas

Flávia Faria

São Paulo- Nas duas últimas semanas, o país assistiu a uma série de declarações extremadas e agressivas de Jair Bolsonaro (PSL). Muitas vezes se valendo de informações falsas, o presidente atacou ambientalistas, exaltou o período da ditadura militar e menosprezou o massacre no presídio de Altamira (PA), que deixou 62 mortos.

Cerca de um terço dos brasileiros, contudo, tem opinião similar à do presidente em aspectos como o golpe de 1964, demarcação de terras indígenas e política ambiental. É o que apontam os mais recentes levantamentos do Datafolha sobre a percepção dos brasileiros em diferentes assuntos.

Não por acaso, também representam um terço da população os que, segundo a última pesquisa, feita em julho, avaliam o governo Bolsonaro como ótimo ou bom — são 33% com essa percepção.

Outros 31% consideram o governo regular e 33% avaliam como ruim ou péssimo. Cerca de 1% não respondeu.

Em relação ao meio ambiente,

Bolsonaro disse que a questão só interessa "aos veganos que comem só vegetais" durante evento no Rio de Janeiro, no dia 27 de julho.

O presidente também refutou dados do Inpe que mostravam aumento de 57% no desmatamento da Amazônia entre maio e junho. "Nosso sentimento é que isso não coincide com a verdade, e parece até que [o presidente do Inpe] está a serviço de alguma ONG", disse a jornalistas.

Além disso, desde a campanha, Bolsonaro tem defendido que seja alterado o status da Estação Ecológica (Esec) de Angra dos Reis (RJ). Ele, que tem uma casa na região, foi multado em 2012 por pescar em local proibido.

Segundo pesquisa Datafolha feita em 18 e 19 de dezembro — depois, portanto, da eleição de Bolsonaro — 35% acham que a política ambiental atrapalha o desenvolvimento do Brasil. Outros 59% discordam dessa frase.

Em 29 de julho, Bolsonaro atacou as demarcações indígenas, afirmando que elas inviabilizam o negócio.

Não é a primeira vez que o

presidente afirma que pretende legalizar a exploração de minério em território indígena. Ele também já disse várias vezes que, em seu governo, não vai permitir a demarcação de novas terras.

Segundo levantamento do Datafolha feito em dezembro de 2018, 37% dos brasileiros acham que o governo deve reduzir as áreas destinadas a reservas indígenas, e 60% discordam da medida.

A declaração de Bolsonaro que provocou maior rechaço foi a respeito de Fernando Santa Cruz, desaparecido em 1974 após ser preso por agentes da ditadura militar. Fernando era pai do atual presidente da OAB (Ordem dos advogados do Brasil), Felipe Santa Cruz.

No dia 29, Bolsonaro disse, de maneira sarcástica, que poderia contar a Felipe como seu pai tinha morrido. O presidente exaltou a ditadura e disse que os militares tinham sido responsáveis por salvar o Brasil e evitar que o país se tornasse "uma Cuba".

Em março, Bolsonaro ordenou aos quartéis que fizessem as "devidas comemorações" dos 55 anos do golpe de 1964. O Datafolha então perguntou se o dia 31 de março de





1964 deveria ser comemorado ou desprezado. Defenderam a comemoração da data 36% dos entrevistados, e 57% afirmaram que deveria ser desprezada.

Em relação ao massacre de presos em Altamira (PA), o presidente reagiu: "Pergunta para as vítimas dos que morreram lá o que eles acham".

Segundo pesquisa Datafolha de abril, 29% afirmaram que a sociedade seria mais segura se a polícia matasse mais suspeitos, enquanto 68% discordam disso.

Já ao falar do episódio em que um morador de rua esfaqueou duas pessoas no Rio de Janeiro, Bolsonaro perguntou: "Não tinha ninguém armado para dar um tiro nele?" Em julho, 31% disseram que a posse de armas deveria ser um

direito do cidadão para se defender (outros 66% são contrários à medida).

Outro tema polêmico é a relação com os Estados Unidos, que Bolsonaro tem prioriza-do. Ele não esconde sua admiração ao presidente americano, Donald Trump.

No dia 1º, ao lançar o programa Médicos pelo Brasil, Bolsonaro se disse "apaixonado" por Trump. "Eu não quero atacar o Trump agora não, que é meu ídolo, por acaso. Estou cada vez mais apaixonado por ele", disse.

Em dezembro passado, antes da posse de Bolsonaro, 29% dos entrevistados afirmaram ao Datafolha que o Brasil deveria dar preferência aos EUA em relação a outros países. Outros 66% disseram que não.





Cerca de 1/3 da população concorda com posições radicais de Bolsonaro

Meio ambiente

"Só aos veganos que comem só vegetais [interessa a questão ambiental]"

Em 27.jul

A política ambiental atrapalha o desenvolvimento do Brasil

Pesquisa Datafolha realizada em 18 e 19.dez, em %



Terras indígenas

"[Demarcação de terras indígenas] Está inviabilizando nosso negócio. Será que o pessoal não acorda para isso?"

Em 29.jul

Governo deve reduzir as áreas destinadas às reservas indígenas

Pesquisa Datafolha realizada em 18 e 19.dez, em %



Ditadura militar

"Não foram os militares que mataram [Fernando Santa Cruz], não. Muito fácil culpar os militares por tudo o que acontece. [...] Essa é a versão minha do contato que tive com quem participou ativamente do nosso lado naquele momento para evitar que o Brasil se transformasse numa Cuba"

Em 29.jul

31 de março de 1964 (início da ditadura militar) deveria ser comemorado ou desprezado

Pesquisa Datafolha realizada em 2 e 3.abr, em %



Massacre em Altamira

"Pergunta para as vítimas dos que morreram lá o que eles acham"

Em 30.jul

Quanto mais criminosos nos presídios, mais as facções se fortalecem

Pesquisa Datafolha realizada em 2 e 3.abr, em %



A sociedade brasileira seria mais segura se a polícia matasse mais suspeitos

Pesquisa Datafolha realizada em 2 e 3.abr, em %

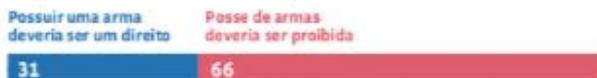


Posse de armas

"Não tinha ninguém armado para dar um tiro nele [em morador de rua que matou duas pessoas a facadas]? Impressionante, né?"

Em 28.jul

Pesquisa Datafolha realizada em 4 e 5.jul, em %



EUA

"Eu não quero atacar o Trump agora não, que é meu ídolo, por acaso. Estou cada vez mais apaixonado por ele"

Em 1°.ago

Brasil deve dar preferência ao governo dos EUA em relação a outros países

Pesquisa Datafolha realizada em 18 e 19.dez, em %



Governo quer R\$ 6,5 bilhões de fundos regionais na educação

Ministério da Economia pretende descentralizar recursos a Estados para fortalecer ensino básico

O Ministério da Economia vai propor o aumento de 50% dos recursos para o Fundeb, o fundo que atende a educação básica no País. Em entrevista ao Estado, o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues Junior, disse que a ideia é saltar de R\$ 13 bilhões para R\$ 19,5 bilhões. Para conseguir o valor adicional, o plano é desidratar os fundos constitucionais regionais abastecidos com recursos públicos e que financiam pequenas empresas, produtores rurais e programas para reduzir a desigualdade e gerar emprego. Para a

“Hoje existem 261 fundos públicos. Entendemos que todos devem ser reformatados”
WALDERY RODRIGUES JUNIOR
SECRETÁRIO ESPECIAL DE FAZENDA

equipe econômica, o dinheiro que vai para esses fundos deve ser transferido aos governadores para aplicação na educação básica, segundo a orientação do presidente Jair Bolsonaro. [ECONOMIA / PÁGS. B1 e B4](#)

Proposta é destinar mais R\$ 6,5 bilhões ao ensino básico

Medida atende determinação de Bolsonaro de reforçar orçamento da educação e desejo de Guedes de descentralizar recursos a Estados

Adriana Fernandes
Anne Warth

O Ministério da Economia vai propor um aumento de 50% dos recursos para o Fundeb, o fundo que atende a educação básica no Brasil. Em entrevista ao 'Estadão/Broadcast', o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues Junior, antecipa que a ideia é saltar dos atuais R\$ 13 bilhões para R\$ 19,5 bilhões. Para conseguir esse dinheiro adicional, o plano é desidratar os chamados fundos constitucionais, que são fundos regionais abastecidos com recursos públicos e que financiam pequenas empresas, produtores rurais e programas destinados a reduzir a desigualdade e gerar emprego. Na visão da equipe econômica, o dinheiro que hoje vai para esses fundos deveria ser transferido diretamente aos governadores e ser aplicado em educação. Waldery destaca que a orientação dada pelo presidente Jair Bolsonaro para o Orçamento é priorizar a educação básica.

O Fundeb foi criado em 2006 para aumentar os investimentos

nos ensinos infantil, fundamental e médio no Brasil. Ele é hoje responsável por 63% dos investimentos em educação básica, mas expira em 2020. Uma comissão no Congresso discute propostas para o futuro do fundo. O Ministério da Educação já havia sinalizado que quer aumentar o repasse para a área, mas ainda não havia apontado a fonte de recursos. Segundo Waldery, o dinheiro virá da mudança na destinação dos fundos de financiamento do Nordeste (FNE), Norte (FNO) e Centro-Oeste (FCO). Hoje, eles são administrados pelos bancos do Nordeste (BNB), da Amazônia (Basa) e pelo Banco do Brasil. A Constituição determina que esses fundos recebam 3% do arrecadado com Imposto de Renda e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Do total levantado, são repassados 60% para o Nordeste, 20% para o Centro-Oeste e 20% para o Norte. A mudança na destinação dos recursos neles depositados só poderão ocorrer se o Congresso aprovar uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC). O secretário diz que o governo tem informações de parlamentares de que, se a proposta de alteração dos fundos regionais vier "casada" com o reforço nos investimentos em educação básica, haverá

"fortíssimo" apoio. Enquanto o aval do Congresso não vier, a estratégia será "retrabalhar" esses fundos, realocando os recursos de maneira mais eficiente, diz o secretário. Hoje, existem 261 fundos públicos e 93 deles estão ativos.

Segundo Waldery, além de turbinar o orçamento da educação, transferir o dinheiro dos fundos constitucionais para alimentar o Fundeb atende ainda a determinação do ministro da Economia, Paulo Guedes, de descentralizar recursos para Estados e municípios. Na visão de Guedes, são os políticos eleitos localmente – e não os gestores dos bancos estatais – que devem decidir como o dinheiro de impostos será usado. "Os governadores têm algo que nenhum presidente de banco público, que nem mesmo nós do Poder Executivo federal temos, que é o voto", diz o secretário, que, além do Tesouro, comanda também a área de Orçamento da Economia.

Os números do Brasil na educação básica estão aquém da média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Já o gasto por aluno no ensino superior é praticamente igual ao gasto dos países ricos da





OCDE. Por isso, diz Waldery, a decisão de focar no reforço Fundeb. Devido ao déficit elevado das contas da União, o governo não tem como retirar o dinheiro dos seus recursos, diz o secretário. Por isso, a estratégia de usar os fundos constitucionais foi pensada. Waldery lembra que a previsão do governo é continuar a ter déficits primários elevados nos próximos três anos. Os recursos do Fundeb, porém, ficam de fora da contabilidade do limite do teto de gastos – instrumento que limita o crescimento das despesas à variação da inflação. Regras fiscais.

Como a mudança dos fundos constitucionais só poderá ser feita por meio de uma PEC, uma das possibilidades em análise é aproveitar a esperada PEC do Pacto Federativo para já endereçar a questão. Outra ideia é usar uma proposta que trate do assunto e que já esteja na Casa. Anunciada por Guedes no início de sua gestão, a PEC do Pacto Federativo deve ser abrangente para contemplar os diversos aspectos do federalismo fiscal. As mudanças envolverão o aperfeiçoamento das atuais regras fiscais. O governo não pretende, porém, acabar com a meta de resultado primário, garante o secretário.

● **Mudanças**

“Os governadores têm algo que nenhum presidente de banco público, que nem mesmo nós que estamos no Poder Executivo federal temos, que é o voto.”

“O gasto por aluno na educação básica per capita no Brasil é muito abaixo da média da OCDE, é cerca de duas vezes menor.”

“Nós simplesmente não temos hoje condições (de retirar dinheiro dos recursos do governo federal).”

“Hoje existem 261 fundos públicos, 93 deles são ativos. Entendemos que todos devem ser reformatados. Faremos isso com mudanças na Constituição”.
Waldery Rodrigues

SECRETÁRIO ESPECIAL DE FAZENDA

Waldery Rodrigues, secretário especial de Fazenda
‘Fundos públicos devem ser reformatados’

Fundos públicos devem ser reformatados para alocar os recursos de forma mais eficiente, disse o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, em entrevista ao Estadão/Broadcast. Leia os principais pontos: | Riscos fiscais Existe um total de 361 medidas no Senado e 950 na Câmara para as quais nossa equipe analisa tema, áreas afetadas, impacto fiscal, velocidade de tramitação e interlocução necessária. São medidas que têm impacto fiscal. No Judiciário, no STF, temos 170 medidas que estão no nosso radar.

Fundos públicos

A intenção é retrabalhá-los para caminhar para a extinção e realocar recursos de maneira mais eficiente. Hoje existem 261 fundos públicos, 93 deles ativos. Todos devem ser reformatados. Faremos isso com mudanças na Constituição.

Déficit primário

Não trabalhamos com mudança na meta. Temos, pelo PLDO, previsão de déficits primários nos próximos três anos, de magnitude relativamente elevada: R\$ 124 bilhões, R\$ 68 bilhões e R\$ 31,6 bilhões, respectivamente.

Regra de ouro

É mais provável que mude, mas no sentido de melhorar a operacionalização. Ela tem virtude correta: a União só pode se endividar se for para investir, ou seja, uma receita valiosa ou de melhor característica, que é a receita de capital, tem de ter limites quando o uso é para despesa menos valiosa, que são as despesas correntes.

Teto de gastos

É um dos poucos elementos que fez com que o desequilíbrio fiscal não fosse maior e permitiu redução de 0,5% do PIB na despesa primária da União. Entendemos o teto como virtuoso, mas ainda incompleto, e precisa ser aperfeiçoado. Pode haver outros elementos que precisem ser analisados, por exemplo a dívida pública e seu percentual no PIB, para ver se o atendimento a essas regras condiz com o status da economia.

Despesas obrigatórias

Respondem por 92% do Orçamento, mas na prática temos mais 4% que não são obrigatórias, mas é difícil cortar. O Bolsa Família, por exemplo. Uma PEC vai tratar dessa mudança. Vamos

colocar para o Parlamento sua função primordial, saber onde alocar recursos. A ideia é que o Orçamento fique desengessado. Essas despesas vão ser desindexadas e desobrigadas.

Desindexação

Uma despesa não pode ter mecanismos de correção e indexação para o futuro. É o caso da remuneração do serviço público. Tivemos aumento de 5% por ano em quatro anos. Esse é o último ano. Então, indexou uma despesa com pessoal em cargos. Isso a PEC vai proibir.

Salário mínimo

É o que traz maior nível de indexação. A ideia é que não tenhamos indexação atrelada a despesas. O governo tem até dezembro para definir a política do salário mínimo. O que vamos manter no projeto de lei orçamentária de 2020 é o que está na Constituição: preservar o poder de compra do salário mínimo.

Perdão à dívida do Funrural

É uma decisão política que, se vier para a área técnica, vai implicar redução de despesas em outras áreas. Não é uma decisão nossa.





Privatização da Eletrobrás

Os ministros terão reuniões com os presidentes do Senado e da Câmara para discutir a tramitação do projeto de lei, que é imprescindível. É algo para daqui a algumas semanas. É uma medida que pode contribuir para desbloquear o Orçamento. Não é a única.

Orçamento 2019

Precisamos de R\$ 15 bilhões a R\$ 20 bilhões para recompor as despesas e dar alívio até o fim do ano. Há ações possíveis para isso./
A.F. e A.W.

Fundeb, qual seu futuro?

Gisele Ueque

O principal mecanismo de financiamento da educação básica do Brasil está com os dias contados. Isso porque o prazo de vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), criado em 2006, termina em dezembro de 2020.

Concentrando aproximadamente 80% dos recursos destinados à Educação Infantil, aos ensinos Fundamental e Médio, e à Educação de Jovens e Adultos (EJA), o Fundeb é formado pela arrecadação de municípios e estados, com possível complementação federal, caso os recursos não sejam suficientes. O fundo também é a principal fonte de pagamento de professores e da capacitação dos docentes. Para os municípios, os recursos são distribuídos conforme número de alunos matriculados.

Com a iminência do fim do Fundeb e com o anúncio de contingenciamento de recursos também na educação básica, a preocupação em relação à educação pública nos municípios aumenta, uma vez que necessitamos tanto do Fundeb quanto dos repasses de verbas da União para ga-

rantir o ensino de qualidade.

Atualmente, tramitam no Senado duas propostas de emenda à Constituição que pretendem tornar o Fundeb uma política vitalícia e aumentam a complementação da União. Entretanto, a discussão ainda está muito longe da esfera pública, da população e dos municípios. Mais do que falar sobre a sua continuidade e seu aspecto constitucional, precisamos discutir melhorias e avanços do Fundeb para construir um modelo que atenda de forma mais ampla e eficaz aos municípios, que garanta a qualidade do ensino e a redução das desigualdades em relação ao acesso à educação.

Acredito que o direito à educação não é apenas a garantia de uma vaga na escola, precisamos proporcionar um ensino de qualidade para nossas crianças, que esteja voltado à atenção, à orientação e ao estímulo desde os primeiros anos de vida. Precisamos oferecer um currículo diversificado, com professores capacitados e atualizados, com estruturas que permitam que elas se desenvolvam em sua plenitude, como cidadãos do mundo que virão a ser.

Avançar na qualidade do ensino é uma obrigação do poder público, e, para isso, o Fundeb e sua reorganização são indispensáveis, sob pena de enfrentarmos um colapso na educação pública e continuarmos sem condições de desenvolver nossa sociedade.

Advogada e vice-prefeita de Canoas

Necessitamos do Fundeb e dos repasses da União para garantir o ensino de qualidade

Weintraub contra as mensalidades

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, contrariou expectativas de apoiadores liberais. Ele declarou ser contra a cobrança de mensalidade nas universidades federais para os mais ricos. Segundo o ministro, a medida “não trará resultados práticos, uma vez que em média apenas 10% dos alunos teriam condições de arcar com isso.” Para Weintraub, o projeto que faz sentido é dar autonomia às universidades e aos estudantes, garantindo o investimento correspondente à formação do aluno, independente de onde ele estudar.

Punidos pela honradez

Bernardo Mello Franco

Ela é procuradora regional da República e mestre em direito constitucional. Tornou-se referência nas áreas de direitos humanos e Justiça de transição. Ele é físico e engenheiro de telecomunicações. Fez doutorado no MIT, construiu um reator de fusão nuclear e ganhou prêmios internacionais de ciência.

Eugenia Gonzaga e Ricardo Galvão poderiam enriquecer no setor privado, mas escolheram se dedicar ao serviço público. Nos últimos dias, os dois foram punidos por exercer suas funções com honradez.

A procuradora foi afastada da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, da qual era presidente. Soube da exoneração pela imprensa, na manhã de quinta-feira. O governo não se dignou a avisá-la antes de publicar seu nome no Diário Oficial.

O físico foi demitido da direção do Inpe, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Na sexta-feira, ele se apresentou em Brasília e ouviu que sua situação tinha ficado "complexa". Foi forçado a deixar o cargo, apesar de ainda ter um ano e meio de mandato a cumprir.

A comissão dos desaparecidos foi criada em 1995, no governo FH. Deve-se a ela o reconhecimento de 479 vítimas da ditadura militar. O trabalho é complexo e permanente. No ano passado, foram identificadas mais duas ossadas da vala de Perus, que era usada pelos órgãos de repressão para ocultar cadáveres.

Há seis dias, Jair Bolsonaro espalhou uma falsa versão sobre a morte do estudante Fernando Santa Cruz, pai do atual presidente da OAB. A procuradora Eugenia contestou a declaração com documentos oficiais. O presidente não gostou de ser desmentido e mandou afastá-la do cargo.

A fritura do professor Galvão foi mais demorada. No último dia 19, Bolsonaro disse que os dados do Inpe sobre o desmatamento da Amazônia eram "mentirosos". Ainda levantou suspeita sobre o diretor, que estaria "a serviço de alguma ONG".

O físico saiu em defesa dos técnicos e da própria biografia. "Nunca tive relacionamento com nenhuma ONG, nunca fui pago por fora, nunca recebi nada além do meu salário", afirmou. Ele acrescentou que

o presidente havia ofendido cientistas de forma "covarde", como se estivesse numa conversa de botequim. Durou mais duas semanas no cargo.

As demissões repetem um padrão seguido desde o início do governo. Bolsonaro não admite contestação, e intervém em órgãos de Estado para impor suas versões aos fatos. Quem trabalha com independência assume o risco de ser perseguido ou afastado.

A regra ficou clara no período de transição, quando a professora Maria Inês Fini reagiu a uma ameaça de interferência no Enem. "Não é o governo que manda na prova", ela informou. A frase lhe custou a chefia do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, o Inep. Seu substituto, Marcus Vinicius Rodrigues, assumiu com uma declaração de subserviência. "O dono do Enem é o nosso presidente Bolsonaro", disse.

Na quinta-feira, o Planalto nomeou defensores da ditadura para a comissão de desaparecidos. O novo diretor do Inpe ainda não foi anunciado.

Longe dos holofotes, a nova rotina de Joesley

Delator de Aécio e Temer aguarda julgamento pelo STF de possível rescisão de sua colaboração; xingado em público, evita ira restaurantes e pouco sai da mansão em SP. Parou de beber há um ano e se dedica a administrar escola de seu grupo



Divergência. Joesley numa das vezes em que foi preso, na Operação Capão. Empresário hoje vive em casa de luxo em SP

THIAGO HERDY

SÃO PAULO

Ancorado na beira do rio em Santo André, vilarejo que pertence a Santa Cruz de Cabrália, no litoral sul da Bahia, o restaurante Gaivota sempre foi conhecido pela moqueca, pelos petiscos de frutos do mar e pela tranquilidade. Há duas semanas, parte disso mudou quando recebeu a visita do empresário Joesley Batista, dono do conglomerado de empresas J&F e principal protagonista da colaboração premiada que abalou o governo Temer.

Acompanhado da família, Joesley foi hostilizado e teve de deixar o restaurante em meio a xingamentos de frequentadores, como "ladrão" e "safado". Era para ser uma viagem de descanso com o filho recém-nascido à Bahia, terra da esposa Ticiano Villas Boas.

É para evitar episódios como este que Joesley não frequenta restaurantes em São Paulo, cidade

onde vive. Na maior parte do tempo, segue recluso em sua luxuosa casa na região dos Jardins, vestindo tornozeleira eletrônica e proibido, assim com o irmão Wesley Batista, de participar da gestão das empresas do grupo J&F. Ele não pode interferir, por exemplo, na bilionária disputa judicial com a Papper Excellence, do indonésio Jackson Widjaya, pelo controle da Eldorado Celulose.

SOBRINHOS NO PODER

Adversários dizem haver razões para desconfiar do respeito de Joesley à restrição. Um dos motivos seria a pouca idade do seu sobrinho Aguinaldo Ramos, atual presidente da Eldorado Celulose. O mesmo argumento é usado no caso de um outro sobrinho, Wesley Jr., que ocupa o segundo cargo mais importante da JBS, a maior produtora de proteína animal do mundo. Ambos têm menos de 30 anos.

De outro lado, aliados rechaçam

o descumprimento da restrição e adiantam o que é um pleito dos irmãos, no âmbito da Justiça: voltar a trabalhar em empresas do grupo que estiveram fora das investigações. Dizem que apenas dessa forma será possível garantir o cumprimento do acordo com o Ministério Público Federal (MPF), que prevê o pagamento de uma multa de R\$ 10,3 bilhões em 25 anos.

Joesley espera o julgamento do plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a validade de seu acordo, previsto para ocorrer até o fim do ano. A inclusão na pauta está nas mãos do presidente da Corte, Dias Toffoli. O principal ponto sob avaliação é o papel desempenhado pelo ex-procurador federal Marcelo Miller, suspeito de atuar na equipe de acusação e de orientar o empresário.

As três hipóteses na mesa são: a manutenção do acordo como está; o reconhecimento de descumprimento parcial (o que resultaria em repactuação de leniência e incremento de multas); e sua rescisão completa.

Embora boa parte dos envolvidos aposte na segunda opção, o relator do caso, ministro Edson Fachin, não deu sinais do caminho a adotar. Para a defesa, em caso de rescisão as provas levadas aos autos não poderão ser usadas pelo MPF.





Procuradores pensam diferente: creem no cancelamento de benefícios, mas não aceitam o descarte das provas.

Em paralelo a esse debate, Joesley segue a rotina de depoimentos em processos judiciais espalhados pelo país e também para equipes de investigação internada J&F, no contexto dos mais de 200 procedimentos que tratam de sua conduta. Apesar de numerosos, a maioria segue em marcha lenta.

Passados mais de dois anos desde a delação, o empresário e seu entorno dizem seguir colecionando ameaças. Episódios levados no início do ano ao conhecimento das autoridades — como ligações para funcionários e até uma tentativa de invasão à sua casa — seguem com investigações inconclusivas. A presença de seguranças em sua rotina é ostensiva. Joesley não quis dar entrevista.

Exímio bom de copo no passado, deixou de beber álcool há mais de um ano, segundo o relato de amigos. Toma remédios controlados para dormir. Mantém características que sempre o marcaram — como a atenção aos detalhes, alguma serenidade e o sangue-frio. Nas entrelinhas, deixa claro que a opção pela colaboração nunca foi moral, mas uma escolha estratégia no contexto do xadrez da agenda política (e policial) em 2017. Não tem interlocução com o novo governo, mas aprova a agenda liberal do

ministro Paulo Guedes (Economia).

No início deste ano, a revista "Forbes" estimou em R\$ 4,9 bilhões as fortunas de cada um dos dois irmãos Batista. Hoje, uma das atividades que mais animam Joesley é administrar o Instituto Germinare — Escola de Negócios. Habilitada há dez anos pelo MEC a oferecer aulas do 6º ano do ensino fundamental à 3- série do ensino médio e objeto de investimentos de mais de R\$ 100 milhões, a unidade funciona próxima à sede da JBS, na zona norte de São Paulo. Além de aulas tradicionais, há disciplinas como raciocínio lógico, pensamento crítico, tomada de decisão, solução de problemas, administração de empresas, finanças, marketing e varejo.

Ao final do curso, alunos têm como tarefa colocar conhecimentos em prática na administração de lojas de carnes Swift, em São Paulo. Na escola, Joesley participa de tudo, da seleção de professores à escolha do mobiliário das salas de aula.

Recém-saído do forno, o código de conduta para pais e estudantes da escola traz as digitais e o jeito pouco usual do empresário. Logo na primeira página estão os valores "nos quais não acreditamos". São eles: "arrogância, pessoas que não respeitam as outras, salvador da pátria, burocracia, soluções milagrosas, egoísmo, deslealdade, gente que acha que sabe tudo, vaidade, coisas complexas, fofocas".

Sinais A suspensão de um contrato do Inep com o Pnud, na semana passada, foi vista por ex-integrantes da cúpula do Ministério da Educação como sintoma de que “a teoria antiglobalista” adotada por parte do comando da pasta foi colocada em prática.

Sinais 2 Este foi o segundo contrato com um órgão internacional cancelado em um mês. Antes, houve a suspensão de termo do MEC com a Organização dos Estados Ibero-Americanos. No caso do Pnud, 13 consultores foram desligados. No da OEI, dizem pessoas ligadas ao tema, ao menos 80 funcionários.

Outro lado Integrantes do Inep defendem a versão de que os contratos foram suspensos devido a irregularidades nas cargas horárias: consultores temporários cumpriam jornadas integrais. Trata-se, justificam, de subterfúgio para evitar gastos com concursos e que está na mira do TCU.

Outro lado 2 Ao Painei, a assessoria disse “que a Procuradoria Federal junto ao Inep identificou vícios” nos contratos, que não atenderiam a critérios traçados em decreto.

Financiamento da educação exige debate

JOÃO BATISTA ARAUJO E OLIVEIRA

A educação é uma das várias áreas da atividade pública para a qual existem recursos vinculados: cerca de 18% das receitas de impostos da União e 25% dos estados e municípios. Além disso, há uma subvinculação: parte dos recursos é redistribuída dentro de cada estado com o objetivo de reduzir a desigualdade entre o valor recebido pelos municípios.

A legislação que criou essa subvinculação —o Fundeb (Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação Básica)— tem caráter provisório e se extingue no final de 2020.

Há duas comissões trabalhando na sua revisão: uma na Câmara e outra no Senado. Há propostas correndo por fora, patrocinadas por organismos internacionais, ONGs e franco-atiradores. A Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados aprovou a realização de dois seminários para debater o tema de maneira mais ampla. O primeiro já foi realizado, em 25 de maio, e o próximo será no dia 20 de agosto. Apresento, adiante, algumas contribuições que vêm surgindo nesse contexto.

A ideia de recursos vinculados é defendida com veemência por grupos de interesse dos setores beneficiados. Mas é vista como inadequada por muitos estudiosos de finanças públicas. A depender da atual equipe econômica, as vinculações possivelmente seriam eliminadas.

Além do sistema tributário, os critérios para redistribuição de recursos também poderão vir a ser alvo de profundas mudanças no horizonte próximo. Ademais, o país encontra-se diante de uma significativa redução da demanda por vagas nas escolas, devido às mudanças demográficas. Isso sugere, de um lado, menor necessidade de recursos; e, de outro, maior demanda de recursos por outros grupos, especialmente os idosos.

Diante disso, talvez fosse mais prudente alterar pouco a atual legislação e manter o caráter provisório do Fundeb, até que se equacionem essas questões. Deve-se considerar, nesse contexto, a questão previdenciária: a quase totalidade dos estados e municípios mais populosos apresenta déficits

previdenciários gigantescos, sendo que uma parcela significativa desse déficit está associada à aposentadoria e pensões de professores. Outro ponto que deve ser considerado é a promessa de que o pré-sal vai aumentar significativamente os recursos para o setor.

Existem propostas divergentes sobre o critério de redistribuição de recursos. O Fundeb redistribui parte dos recursos de dois outros fundos: o Fundo de Participação dos Estados e o Fundo de Participação dos Municípios. Há um fundo para cada estado, o que permite reduzir as desigualdades dentro deles. Mas, argumentam alguns, a grande desigualdade entre os estados decorre do critério de redistribuição do todo: redistribuir apenas dentro de estados reduz relativamente pouco as desigualdades. Há, ainda, a proposta de estabelecer um único fundo e redistribuir o total igualmente entre os mais de 5.500 municípios, com critérios de ponderação como tamanho do município, da população rural e corretivos associados à capacidade de arrecadação.

Também circula por fora uma





interessante proposta para que os recursos complementares do governo federal sejam alocados aos municípios que estiverem abaixo de um determinado patamar —e não aos estados, como se faz hoje. Essas questões envolvem fortes interesses de algumas unidades federadas, especialmente as mais ricas, o que dificulta os avanços. Mas é importante que a sociedade reflita sobre a origem das desigualdades e as forças que lutam para preservá-las.

Existem também ideias relacionadas ao uso dos mecanismos de financiamento, inclusive do Fundeb, para promover a eficiência e estimular a qualidade. O Fundeb foi eficaz para promover equidade,

mas pouco ou nada contribuiu para a qualidade e eficiência. Ao contrário, o Fundeb e outras legislações, como a do Plano Nacional de Educação, têm regras que aumentam a ineficiência. Por fim, há diferentes propostas a respeito do montante que o governo federal deveria contribuir para o fundo.

O debate sobre o financiamento da educação precisa ser aprofundado. Não devemos tratar de forma açodada questões tão complexas.

João Batista Araujo e Oliveira
Psicólogo e doutor em educação
pela Florida State University, presidente
do Instituto Alfa e Beto

IESB

Compromisso com o ensino

Com sede inesgotável pelo saber e pela educação, Eda Machado, 80 anos, não imaginou que as decisões que tomou no decorrer da vida pudessem resultar no Iesb. A história da instituição teve início em 1993, como a fundação da mantenedora Centro de Educação Superior de Brasília (Cesb). No ano seguinte, um dos primeiros passos foi o Projeto de Instituição de Ensino Superior de Alto Padrão, submetido ao Conselho Federal de Educação e que tinha a intenção de criar uma instituição de ensino superior inovadora, criativa e ousada.

“Sou a idealizadora do Iesb, mas, acima de tudo, sou professora. Foi essa experiência na docência, junto às minhas andanças pelo mundo, que me fizeram aprender que a instituição que eu estava para criar precisava de excelentes professores, novas práticas pedagógicas, recursos educacionais adequados, além de infraestrutura e tecnologia de ponta”, ressalta Eda, presidente do Conselho de Administração do Iesb.

Com apenas dois cursos — administração e ciência da educação — e 320 alunos, o Iesb começou num prédio alugado na 902 Sul. Após um ano de funcionamento, em 1999, a fundação chegou a 1.119 alunos e oito cursos novos. Devido ao rápido crescimento, logo veio a construção de três prédios novos, na 609 Norte, e, em 2003, foi inaugurado o Câmpus Edson

Machado, na Asa Sul. Enquanto expandia, a instituição foi conquistando um novo patamar no âmbito educacional, consolidando a reputação em aliar tecnologia, modernidade e ousadia na formação de profissionais disputados pelo mercado de trabalho.

Presente nos câmpus das asas Sul e Norte e no de Ceilândia, que foi criado especialmente para impulsionar e desenvolver a região, a instituição conta com educação a distância, com mais de 50 polos espalhados por todas as regiões do país, e, atualmente, em fase de expansão do Câmpus Águas Claras e Valparaíso e do colégio Iesb. “A importância do Iesb é fazer cumprir a sua missão ao desenvolver ao máximo possível as potencialidades dos seus alunos, para que se transformem em profissionais competentes e cidadãos responsáveis, capazes de se tornarem agentes de mudança da sociedade e da profissão em que atuarão no futuro.”

Por meio do Naade (Núcleo de Apoio e Atenção ao Discente e Egresso), o Iesb oferece atendimento preventivo, informativo e de orientação aos estudantes e egressos que apresentam dificuldades na vida acadêmica. “O núcleo acolhe, atende e acompanha o indivíduo, auxiliando-o na resolução de demandas pedagógicas ou pessoais que interferem no seu processo de

aprendizagem.” Além disso, o Naade conta com o núcleo de empregabilidade, que ajuda os alunos e egressos no ingresso ao mercado de trabalho.

Solidariedade

No Iesb, a responsabilidade social é desenvolvida e estimulada dentro e fora da sala de aula, por meio de atividades como rodas de conversa, pesquisa científica e prestação de serviços, em que os alunos colocam em prática conhecimentos adquiridos nos cursos de forma responsável e solidária, em situações reais. “O Iesb em Ação é um Programa de Responsabilidade Social inserido no âmbito da Extensão Universitária do Iesb, que se traduz em como a instituição desenvolve suas atividades, fomentando a participação no desenvolvimento da sociedade onde está inserida.”

A expectativa para este ano é levar a excelência do ensino e da infraestrutura do Iesb para outras localidades e facilitar o ingresso dos jovens que vivem distantes do Plano Piloto, para que tenham a oportunidade de vivenciar uma formação completa na instituição. “Proporcionar esse crescimento me faz ter a certeza de que valeu muito a pena a criação do Iesb no Distrito Federal e seguir com a contribuição de profissionais diferenciados para o mercado de trabalho local, nacional e internacional”, finaliza Eda.

QUALIFICAÇÃO »

O caminho para o emprego

Em meio a índices crescentes de desemprego, a maioria dos brasilienses acredita que cursos técnicos ajudam a conseguir trabalho, de acordo com pesquisa do Senac. Segundo especialistas, essa formação garante vantagens a candidatos que procuram oportunidade no mercado e auxilia no desenvolvimento de soft skills

» Isadora Martins*



Vânia faz curso técnico em enfermagem

Para aproximadamente 70% dos brasilienses, fazer um curso técnico é uma ótima opção para driblar o desemprego e se inserir no mercado de trabalho. É o que revela levantamento do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial no Distrito Federal (Senac-DF) encomendado ao Instituto FDB de Pesquisa. Segundo o estudo, 67,6% da população do DF acredita que fazer um curso de qualificação profissional ajuda o trabalhador a

conseguir emprego ou a ser promovido. No entanto, a pesquisa mostra que 69,9% dos brasilienses nunca fizeram nem estão fazendo um. Entre os principais motivos apontados por eles estão falta de interesse e de tempo, condições financeiras e o fato de terem cursado ensino superior.

De acordo com o diretor-regional do Senac-DF, Antônio Tadeu Peron, existe interesse e procura por cursos profissionalizantes no Distrito Federal, mas a demanda poderia ser maior. “Talvez porque as pessoas não tenham pesquisado a respeito. Embora muitos tenham conhecimento da importância desses cursos, eles podem não ter usado esse instrumento ainda”, analisa. “Eu vejo isso como algo natural”, completa. “O que nós temos como uma boa avaliação é que todos que fizeram reconhecem a importância dos cursos em seu progresso profissional.”

Vantagens na disputa por vagas

Segundo especialistas, os candidatos que optam por fazer uma formação técnica saem à frente na disputa por emprego. “A pessoa que faz curso profissionalizante tem maior conhecimento, que é o principal facilitador para conseguir trabalho hoje”, explica Peron. “Além disso, ela transmite confiança desde a

entrevista até ocupar efetivamente a vaga e acaba sempre levando vantagem”, completa. O professor da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB) Remi Castioni concorda que a formação técnica é facilitadora na disputa por trabalho. “Um estudante que faz curso profissionalizante consegue, independentemente da carga horária, materializar o conteúdo teórico em aplicação prática”, avalia.

“Uma reclamação que muitos jovens têm do ensino médio é a de que ele é muito conteudista, cobra muita matéria e não há nenhuma aplicação naquilo. No curso técnico, a teoria e a prática estão integradas”, explica Remi Castioni, que é doutor em educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Além disso, de acordo com o professor, os cursos de capacitação profissional contribuem para o desenvolvimento de soft skills, habilidades comportamentais, essenciais em qualquer cargo. “Hoje, além dos conhecimentos teóricos e aplicados, a relação do profissional com os demais é extremamente importante”, diz. “Isso o curso técnico acaba desenvolvendo porque você tem muito trabalho em grupo e é constantemente desafiado a desenvolver algum produto”, completa.



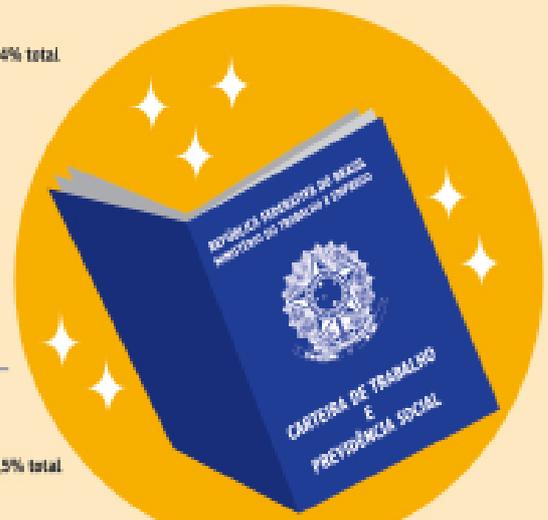


O que diz a pesquisa sobre qualificação profissional no Distrito Federal

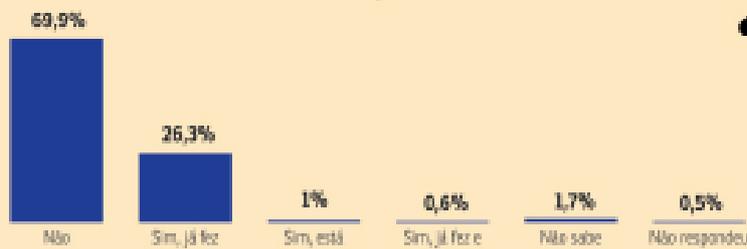
Qual é o principal obstáculo para se conseguir um emprego?



O que mais facilita para conseguir uma vaga no Distrito Federal? E em segundo lugar?



Você já fez ou está fazendo algum curso de qualificação profissional?



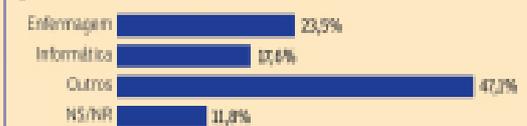
Qual curso já fez?

Se respondeu "sim, já fez" ou "sim, já fez e está fazendo", qual(is) já fez?



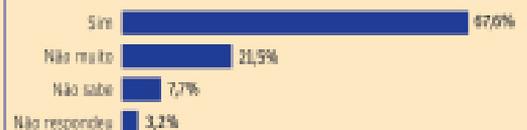
Finec Senac-DF/18

Qual curso está fazendo?



Outros: cabeleireiro, corte e costura, educação física, eletrônica, engenharia, línguas, síncio, veterinária

Ter feito um curso de qualificação profissional faz diferença na hora de conseguir um emprego ou ser promovido?



QUALIFICAÇÃO » Reinserção no mercado



Roberta (à esquerda) estudou sistemas fotovoltaicos

Engana-se quem pensa que o ensino técnico se contrapõe ao ensino superior. Essa formação pode ser uma alternativa para profissionais graduados que desejam migrar de área. É o caso de Roberta Azevedo, 47, graduada e pós-graduada em engenharia elétrica pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Ela veio a Brasília para trabalhar na empresa do setor elétrico Eletronorte, onde atuou durante 18 anos. Quando o contrato acabou, decidiu fazer o curso técnico de instalador de sistemas fotovoltaicos no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), na unidade de Taguatinga. “Eu decidi me reinserir no mercado em um ramo diferente. Então, pensei: a parte teórica consigo aprender lendo livros e textos na internet”, conta. “Eu precisava entender melhor a parte prática. Foi aí que decidi fazer um curso técnico porque, na minha percepção, era o único que me daria uma formação nesse sentido”,

completa.

“O curso me ensinou desde a parte básica de uma instalação elétrica em uma residência até como implementar um sistema fotovoltaico”, afirma. Depois que terminou a formação de três meses no Senai, Roberta conseguiu emprego em uma empresa de soluções sustentáveis por meio da indicação de um professor. “Inicialmente eu iria trabalhar na parte de projetos, mas o diretor fez parcerias com duas empresas da área técnica e me chamou para atuar no setor comercial”, comenta. Ela conta que gosta muito do trabalho e acredita que as profissões ligadas à energia renovável tendem a crescer no futuro.

De acordo com o gerente executivo de educação do Senai, Felipe Morgado, o nível profissional e a universidade são complementares. “A gente não enxerga o ensino técnico como algo oposto ao ensino superior. Eles fazem parte da construção de uma carreira”, diz. “Ela começa com a formação inicial, depois vêm os cursos de qualificação e os técnicos, seguidos pela graduação e pela pós-graduação. O ensino superior aproveita muito do que foi estudado nos cursos de profissionalização”, explica.

Ensino médio no IFB

Nos institutos federais, os estudantes têm a possibilidade de fazer um curso técnico paralelamente ao ensino médio. Lucas Garcia, 16, é um dos alunos que optaram por essa modalidade. Ele está na 2ª série do ensino médio integrado a curso técnico em produção de áudio e vídeo no câmpus Recanto das Emas Instituto Federal de Brasília (IFB). “Quando era mais novo, eu assistia a muitos filmes e séries e sempre tive curiosidade de saber como ocorria o processo de gravação e edição”, conta. “Pensando nisso e com a oportunidade de participar de um ensino médio melhor, decidi fazer o curso técnico de audiovisual.”

Lucas reconhece a importância da capacitação para o futuro profissional. “Eu acho que vai me ajudar a entrar no mercado de trabalho”, avalia. “Principalmente no audiovisual, acredito que existe a necessidade de mais técnicos para atuarem nas diferentes áreas da carreira”, comenta. O aluno, inclusive, está desenvolvendo uma gravadora com alguns colegas — a All In One. “Nós fazemos produtos audiovisuais, como criação e edição de vídeos e cobertura de projetos que ocorrem aqui na escola.” Depois do ensino médio, Lucas pretende procurar emprego na área e ingressar no ensino superior no curso de audiovisual.

Para o coordenador do curso técnico em produção de áudio e vídeo no IFB de Recanto das Emas, Marcos de Sá, a capacitação é fundamental para a formação profissional e pessoal dos alunos. “É uma via de mão dupla. A possibilidade de o aluno se inserir no mercado de trabalho tendo essa formação é muito maior. Além disso, ela é fundamental para a formação pessoal, independentemente do fato de seguir nessa área ou não.” Ainda segundo o coordenador, as competências que os estudantes adquirem nos cursos técnicos são úteis em qualquer profissão. “Aqui, eles trabalham muito em grupos, têm que atender a demandas simulando o mercado de trabalho... Tudo isso já os capacita para a atuação profissional, mesmo que não seja na área técnica que eles cursaram.”

O professor, que é licenciado em física pela UnB, trabalhou 10 anos no ensino médio regular antes de atuar no curso técnico. Para ele, a diferença no engajamento dos alunos é notável. “O ensino médio regular é muito descontextualizado. Aqui, no ensino técnico, temos uma aproximação com o mercado de trabalho. Isso faz toda a diferença”, afirma.

Aposta certa

De acordo com a pesquisa do Senac, um dos cursos técnicos com maior demanda é o de informática. Na avaliação do empresário e presidente do Sindicato das Empresas de Informática do Distrito Federal (Sindesei-DF), Christian Tadeu de Souza, isso se deve às novas necessidades do mercado. “Mesmo nas atividades que não estão diretamente relacionadas à tecnologia, ela está presente de forma transversal”, explica. “Então, os profissionais devem ter cada vez mais conhecimentos nessa área.” Ainda de acordo com o empresário, investir em uma capacitação em informática é uma aposta certa. “Brasília é uma cidade que pulsa TI (tecnologia da informação), já que não pode ter indústrias pesadas e poluentes. No entanto, faltam profissionais capacitados nesse setor.”

Bruno Lopes, 22, é um dos brasilienses que investem no curso técnico de informática do Senac. Para o estudante, a capacitação ajuda tanto na vida profissional quanto na pessoal. “Eu tinha terminado o ensino médio e fiquei quatro meses desempregado. Depois, comecei a trabalhar em uma mercearia, mas decidi voltar a estudar”, conta. “Tentei buscar um curso em que eu me encaixasse e acabei escolhendo o técnico em informática. A capacitação me abriu muitas portas”, completa. “Antes de entrar no ensino técnico, eu não era de estudar. Agora, estou muito focado nos estudos e no que eu quero para o futuro.” O brasiliense está indo para o terceiro semestre do curso de capacitação profissional e faz estágio em uma empresa de assistência técnica. Ele conta que, no futuro, tem vontade de fazer faculdade na área de tecnologia da informação.

Paixão pelo curso

Vânia Regis, 51, faz curso técnico em enfermagem no Senac da 903 Sul há seis meses. Ela costuma fazer trabalhos voluntários no Hospital da Criança e em outras unidades de saúde e conta que a capacitação a ajudou nesse sentido. “Hoje, se estou ajudando em um centro clínico, já sei o que posso ou não fazer. Era esse conhecimento que eu buscava”, afirma a brasiliense, que é síndica há 11 anos. “Eu passei por situações familiares muito difíceis. Meu irmão teve AVC, meu sobrinho ficou internado por mais de 45 dias na UTI. Eu vi muita necessidade de ter conhecimento nessa área porque queria ajudá-los, mas não sabia como”, completa.

A estudante de nível técnico em enfermagem buscou um curso técnico por ser mais barato que uma faculdade. Apesar do pouco tempo de capacitação, ela já tem uma área de preferência: a oncologia (que estuda e trata o câncer). “Essa especialidade me toca muito”, afirma. “A gente vê muitas crianças em hospitais precisando apenas de alguém que as trate de uma forma diferente, que as trate com carinho.” Após concluir o curso, ela pretende fazer outras especializações no próprio Senac porque acredita que elas proporcionam muitas vantagens no mercado de trabalho.

DF: APROVAÇÃO DE ESCOLAS CÍVICO-MILITARES É DE 80%

Indagados sobre se aprovam a medida adotada pelo governo do Distrito Federal de compartilhar a gestão de escolas públicas com a Polícia Militar, 79,4%% dos entrevistados disseram aprovar a medida. Os que desaprovam a decisão são 16% e 4,7% não souberam responder ou preferiram não opinar. O levantamento foi realizado pelo instituto Paraná Pesquisa com habitantes do DF.

JOVENS CONTRA

A maior rejeição da gestão compartilhada de escolas públicas com a PM está entre jovens de 16 a 24 anos: 25,4% desaprovam da medida.

APROVAÇÃO EM ALTA

A maior aprovação da gestão compartilhada das escolas públicas do DF é entre aqueles que tem ensino fundamental completo: quase 83%.

DADOS

O Paraná Pesquisa ouviu 1.565 habitantes do DF, em todas as regiões administrativas, entre os dias 21 e 25 de julho.

Empurrão no ensino

O saque do FGTS animou o setor de educação privada, que espera reduzir a inadimplência e ganhar mais alunos. A MoveEdu, a maior plataforma edtech do país — com 500 000 estudantes —, estima ampliar as matrículas em até 20%.

Ensino público: o rico deve pagar

É injusto que o pobre financie o curso superior dos mais abastados

O Brasil tem 8 milhões de universitários. Três quartos frequentam escolas privadas e pagam por seus estudos. O restante cursa universidades públicas, gratuitamente. O aluno rico estuda de graça nessas universidades, mas o filho do motorista da família paga para obter o diploma de curso superior. Você acha isso justo?

Na verdade, não existe educação gratuita. As universidades federais e estaduais são financiadas por impostos pagos por todos, inclusive os pobres. Os menos favorecidos contribuem com uma proporção maior de sua renda do que os ricos. Além de pagarem pelo estudo de seus filhos, os pobres arcam proporcionalmente mais do que os ricos com impostos para financiar as instituições de ensino públicas. Você acha isso justo?

Trata-se de grande injustiça neste país de desigualdades, mas segmentos da esquerda e corporações de professores acham tudo isso muito natural e se opõem à cobrança de mensalidade no ensino superior. Esgrimem argumentos que a maioria aceita sem perceber que apoia privilégios dos ricos.

Dizem que nenhum país financia as universidades públicas apenas com mensalidades. Procede. Em nações ricas, as mensalidades costumam cobrir 15% das despesas. O restante vem do governo, de parcerias com o setor privado e de rendimentos decorrentes de um fundo patrimonial. Cobrar dos ricos tem a ver com justiça social, e não com financiamento integral do ensino superior público.

Outro argumento: a cobrança de mensalidade dos ricos criaria uma lógica perversa. “Se eu pago, eu posso definir o que vou aprender e estudar”. O interesse particular prevaleceria sobre o público. Assim fosse, universidades de alta qualidade que cobram mensalidade, como a Fundação Getúlio Vargas e as Pontifícias Universidades Católicas, não teriam autonomia para definir seus currículos.

“Não existe educação gratuita. As universidades federais são financiadas pelos impostos de todos”

As universidades públicas respondem por cerca de 90% da pesquisa básica. Isso é razão para que continuem a receber recursos do governo, não para eximi-las de

cobrar mensalidade de quem pode pagar.

Na China, país comunista, as universidades públicas cobram mensalidade. Lá, estudantes de famílias de menor renda recebem bolsas de estudos do Estado. Cerca de 25 milhões de alunos chineses pagam por seus cursos em universidades públicas e privadas.

A Universidade Harvard, privada, tem 22?000 estudantes, mas 55% dos alunos de cursos de graduação ganham bolsa de estudos. Aproximadamente 20% dos pais com renda anual inferior a 65?000 dólares nada pagam. As famílias mais abastadas contribuem mais do que as pobres. Ex--alunos, seus pais e outros doadores contribuem generosamente para reforçar o fundo patrimonial da instituição — o maior do mundo, diga--se. É um bom exemplo.

Estima-se que médicos e engenheiros, em sua maioria formados por universidades públicas, ganharão, em sua vida profissional, quinze a vinte vezes mais do que a média nacional. Em menor grau, isso acontece em outras profissões. Também por isso é regressivo e socialmente injusto que os ricos estudem de graça.

Aposta do MEC, verba arrecadada por universidades federais caiu à metade

Receita afetada vem de itens como contratos e aluguéis; teto de gastos é visto como desestímulo

Angela Pinho

São Paulo- Principal apostado Ministério da Educação para ajudar a financiar as universidades federais em tempos de orçamento acanhado, os recursos obtidos pelas próprias instituições com iniciativas como cursos pagos, aluguel de imóveis e contratos com o setor público e privado despencaram desde 2013.

Chamadas de receitas próprias, essas verbas caíram de R\$ 1,5 bilhão em 2013 para menos da metade em 2017 (R\$ 753 milhões), segundo dados levantados pela consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados. Os valores foram corrigidos pela inflação.

A maior queda se deu em 2015, quando a economia do país encolheu 3,8%, e governos e prefeituras, tradicionais contratantes de pesquisas e consultorias, enfrentaram forte desequilíbrio financeiro. Em 2016 e 2017, a receita de verbas próprias se estabilizou no patamar entre R\$ 700 milhões e R\$ 800 milhões.

Relatório da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, de autoria do consultor Cláudio Tanno, aponta

que os recursos diretamente arrecadados pelas universidades responderam por apenas 1,5% do orçamento delas em 2017, mas têm "elevado potencial de incremento".

Além da queda na arrecadação, os dados mostram ainda que as instituições de ensino não conseguem utilizar parte da verba angariada por conta própria. Em 2017, por exemplo, elas gastaram 83% do total arrecadado.

Para utilizar os recursos, as universidades precisam que o orçamento seja liberado pela área econômica do governo, o que nem sempre acontece.

Estudo recém-lançado pelo Cedes (Centro de Estudos e Debates Estratégicos) da Câmara dos Deputados aponta o teto de gastos do governo federal, que limita o aumento de despesas da União à inflação, como um desestímulo para as universidades captarem essas chamadas "receitas próprias"

Isso acontece porque, mesmo que as instituições consigam aumentar sua receita além do previsto, elas só podem utilizar parte dessa verba. O restante é bloqueado e destinado a reduzir o déficit fiscal do Tesouro ou, em alguns casos, até é liberado, mas como contrapartida do corte de verbas que viriam de qualquer forma do

MEC.

"O teto de gastos constitui empecilho para ampliação de fontes de recursos das universidades com uso de recursos diretamente arrecadados, situação que vem a desestimular as instituições federais de ensino na busca por receitas dessa natureza" conclui o estudo, que recomenda a aprovação de legislação para tirar as receitas próprias do cálculo do teto de gastos.

No ano passado, o Ministério da Educação da gestão Michel Temer (MDB) tentou fazer isso por meio de emenda à Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2019, mas acabou derrotado pela área econômica do governo.

Pró-reitor de Planejamento, Orçamento e Finanças da UFPR (Universidade Federal do Paraná), Fernando Mezzadri chama de confisco o bloqueio das verbas arrecadadas pela própria universidade. "Desestimula por completo. Não adianta fomentar a arrecadação se o recurso não é liberado", afirma.

Para Gustavo Fernandes, professor do departamento de gestão pública da FGV (Fundação Getúlio Vargas), seria complicado abrir uma exceção para as universidades nesse caso, uma vez que isso daria margem





a outros órgãos públicos pleitearem o mesmo.

Anunciado pelo Ministério da Educação com o objetivo de aumentar a captação de recursos extras para as universidades federais, o programa Future-se tenta contornar o limite transferindo parte da gestão a organizações sociais.

"As instituições já contam com receitas próprias [...]. Mas os recursos não apresentam retorno direto para as atividades por conta de limitação legal. O dinheiro arrecadado vai para a Conta Única do Tesouro", diz texto sobre o Future-se divulgado pela pasta.

Parte das universidades federais já tem passado recursos privados para organizações sociais, como, por exemplo, a UnB (Universidade de Brasília).

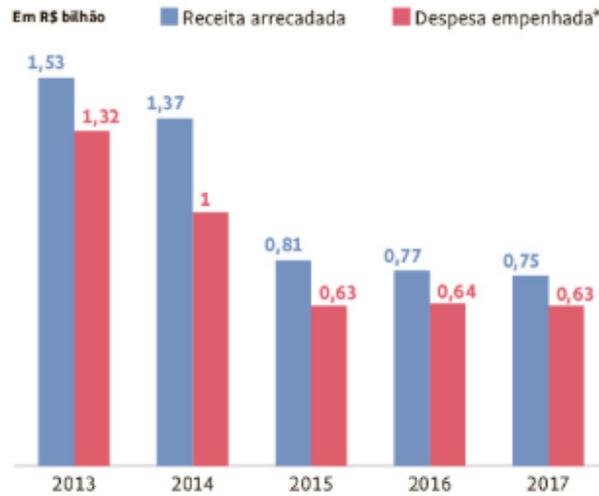
Em 2014, a instituição transferiu atividades do antigo Cespe, responsável pela realização de concursos públicos, para a organização social Cebraspe, fazendo com que o dinheiro de taxas não mais ingressasse diretamente na UnB.

Com esse mesmo objetivo, a Universidade Federal do Paraná também transferiu para uma fundação de apoio em 2017 a realização do seu vestibular, uma das principais fontes de verba própria.

A Federal de Juiz de Fora também passou a direcionar para fundações de apoio recursos privados, nos casos em que isso é possível.

A consequência dessa estratégia, diz o professor da FGV, é que, em tese, as universidades tendem a perder um pouco da autonomia sobre essa verba, tolhendo a possibilidade, por exemplo,

Verbas arrecadadas por universidades federais despencaram; parte delas é contingenciada



O que entra na conta:

> Contratos com empresas e órgãos públicos

> Aluguéis de imóveis das universidades

> Cobrança por cursos de especialização

> Taxas diversas, como a do vestibular

*a partir dessa receita
Fonte: Consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados

de direcionar parte dela a áreas do conhecimento com menos potencial de interação com o mercado.

Para ele, é preciso cuidado para evitar esse desequilíbrio a partir da implantação do Future-se, que está sob consulta pública.

Entre as medidas elencadas pelo plano para aumentar o aporte de recurso privado às instituições está a constituição de fundos patrimoniais, que concentrariam doações, e a destinação a elas do rendimento de fundos negociados em Bolsa.

Esse ponto gerou críticas por parte de pessoas da área, como Renato Janine Ribeiro, ex-ministro da Educação do governo Dilma Rousseff (PT), que afirmou não ser adequado financiar a educação com um recurso tão vulnerável a variações por fatores externos.

O professor da FGV pondera, por outro lado, que é possível utilizar mecanismos para evitar especulação dos fundos negociados em Bolsa.

Afirma ainda que a diversificação de fontes de recurso pode ser

benéfica por deixar as universidades menos vulneráveis a oscilações em uma fonte apenas.

De toda forma, dificilmente as instituições de ensino e pesquisa conseguem se blindar em cenários econômicos desfavoráveis.

Em 2008, a Universidade Harvard, por exemplo, viu o seu fundo patrimonial, responsável por mais de um terço do financiamento de suas atividades, perder 22% do seu valor em apenas quatro meses. Outras universidades americanas sofreram baques semelhantes.

Por questões como essa, o plano do MEC tem sido questionado pelo risco de o Future-se se traduzir em uma redução dos repasses de recurso público às universidades, que já enfrentam um bloqueio de verbas de 30% de suas despesas discricionárias (não obrigatórias). A pasta nega.

"Não podemos depender de financiamento privado para verbas do dia a dia", afirma o pró-reitor da UFPR. "O recurso privado é muito bem-vindo, mas tem que servir para complementar as ações" completa.

Professor com maior patente da USP diz duvidar de plano do MEC

São Paulo- Titular de uma patente que responde por mais da metade dos royalties recebidos pela USP o professor Humberto Gomes Ferraz poderia ser o garoto-propaganda dos sonhos do plano da gestão Jair Bolsonaro de atrair mais recursos privados para as universidades. Não é.

Crítico da burocracia que atrasa pesquisas, Ferraz é o autor de uma pesquisa aplicada a um medicamento para náusea que se tornou sucesso de vendas. Sua reserva ao plano Future-se, anunciado no mês passado pelo MEC, não se deve às medidas em si, como a possibilidade de organizações sociais atuarem

em parte da gestão, algo que ele apoia.

"O MEC não começou bem neste governo", afirma ao explicar sua posição, em referência ao discurso de enfrenta-mento com as universidades adotado pela gestão Bolsonaro. "Fico preocupado com quais seriam as reais intenções desse programa."

O temor de Ferraz é que o plano seja um pretexto para o governo tirar ainda mais recursos públicos da educação.

Uma das medidas propostas é a regulamentação do pagamento de royalties a pesquisadores e universidades que desenvolverem produtos licenciados no mercado, algo que já ocorre em algumas instituições, como a USP.

Nesse ponto, o caso de Ferraz, professor da Faculdade de Ciências Farmacêuticas, é exemplar. Os pagamentos decorrentes de sua participação no desenvolvimento do remédio Vonau Flash renderam à USP 58% da receita da universidade obtida com royalties em 2017 (dados mais recentes), ou R\$ 1,44 milhão.

A inovação de Ferraz consistiu em desenvolver um comprimido que se dissolve na boca, o que, além de comodidade, permite uma ação mais rápida do princípio ativo. A pesquisa para alcançar esse resultado foi feita após uma de-

manda da farmacêutica Biolab, que financiou o projeto.

O professor conta que levou um ano em meio para chegar ao comprimido, trabalho que dividiu com aulas, congressos e outras pesquisas. A praticidade levou o Vonau Flash à liderança nas vendas de medicamentos para enjoo, e o dinheiro começou a vir.

Segundo a resolução vigente hoje na USP 30% do valor dos royalties vão para os criadores do produto; 45% aos departamentos dos criadores; 10% às faculdades deles; 5% à Reitoria e 10% à Agência USP de Inovação.

O professor contesta essa divisão, que antes era mais favorável aos pesquisadores. De qualquer forma, ele comemora que averba obtida com essa pesquisa já tenha financiado diversos outros equipamentos em seu laboratório, além de bolsas e outros itens.

Para o professor, casos como o dele não são mais numerosos na USP por mais de um motivo.

Um deles é a falta de abertura dos pesquisadores e de disposição das empresas para parcerias. "Às vezes a empresa vem, diz que não tem dinheiro e, quando você vê, o executivo está saindo de BMW e você está com um carrinho."

Outro obstáculo é a burocracia universitária. "É um inferno gastar averba da patente" desabafa. Comprar um equipamento, segundo ele, tem levado de seis meses a dois anos. Além disso, afirma, o fato de a universidade dar peso muito maior a





publicações nas avaliações dos docentes, em detrimento de outros indicadores como o desenvolvimento de produtos, tira ele do foco.

Segundo ele, a liberdade proporcionada pela universidade ainda o motiva a trabalhar — mas ela hoje "está um pouco ameaçada no país", afirma.

"Talvez o ministro não saiba, mas tem muita gente pensando em desistir", diz. Angela Pinho

Deixem o liberalismo fora disso

Elena Landau

Por mais absurdo que pareça, a polarização que marcou as eleições do ano passado fez de Bolsonaro símbolo da candidatura liberal em oposição a Fernando Haddad, que reafirmava o modelo estatizante. Era a opção para encerrar o ciclo PT. Muitos, em total auto-engano, optaram por ignorar seu passado intervencionista e embarcaram nessa fantasia. Os 200 dias de governo não trouxeram nenhuma surpresa. Bolsonaro tem sido fiel aos seus princípios. A toda hora desdenha dos que sofreram na ditadura, como revelam os comentários sobre a jornalista Miriam Leitão e agora em relação ao pai do presidente da OAB.

Seu apreço por torturadores e ditadores é notório. É um governo marcado pela intolerância. A tentativa de deslegitimar dados do Inpe sobre desmatamento reflete a dominância do achismo sobre a ciência, que, infelizmente, rege boa parte das ações públicas dele e de seus mais próximos colaboradores. A insistência em nomear o filho, sem nenhuma capacitação para o cargo, embaixador nos EUA é mais uma mostra do viés autoritário. Ele nem enrubesceu ao dizer: "Quero beneficiar meu filho".

Ameaçou "privatizar" a Ancine, uma agência reguladora, porque ela não impede a produção de filmes, segundo ele, impróprios. É o início de uma política cultural de Estado,

típica de ditaduras. A negação de evidências empíricas na formulação de políticas públicas, que interferem desde a segurança no trânsito até a preservação ambiental, revela um retrocesso assustador e um Estado que parece pré-iluminista. Isso nada tem que ver com uma postura conservadora, é só obscurantismo mesmo. Não adianta apelar para a agenda econômica para descobrir um presidente liberal, como queriam alguns eleitores, que ainda hoje se agarram nessa esperança para manter seu apoio a este governo.

Bolsonaro sempre votou contra reformas que buscavam diminuir o peso do Estado, do Plano Real à privatização. O confronto com o Congresso e a intervenção de última hora a favor dos policiais puseram a reforma da Previdência em risco. Foram necessárias a habilidade e a persistência de Rodrigo Maia para salvar o governo de si próprio. A frustração na economia é grande. Na campanha era como se existissem dois candidatos. Bolsonaro nunca teve aptidão nem gosto pelas questões econômicas. Delegou o assunto a Paulo Guedes. O apelido Posto Ipiranga não vingou por acaso.

Hoje as previsíveis dificuldades de levar adiante mudanças profundas sem o envolvimento direto do presidente da República são evidentes. Além da interferência atrapalhada na reforma da Previdência, Bolsonaro desidratou o

programa de privatização, que se resume à venda de subsidiárias e ao avanço no campo das concessões. Nenhuma grande estatal está na agenda, além da Eletrobrás. Há uma promessa de que após a aprovação em segundo turno da reforma na seguridade, um amplo programa econômico seja anunciado. Mas por enquanto só se anunciaram a volta da CPMF e os incentivos para a atividade econômica no curto prazo, com a liberação do FGTS, que não configuram um plano de reformas modernizantes.

O fim do monopólio da Petrobrás, imposto pelo Cade, é uma excelente notícia, mas seus efeitos para a atividade econômica não serão percebidos no curto prazo. Esse quadro não significa que o liberalismo fracassou, já que ele nem sequer foi tentado. No governo FHC foi implementada uma agenda econômica liberal para dar sustentabilidade ao Real. Não havia preocupação com a classificação ideológica, como hoje. A oposição apelidou o grupo de economistas de "neoliberais", de forma depreciativa, para caracterizar as mudanças expressivas que ocorreram na economia: nova contabilidade fiscal, amplo programa de privatização, abertura comercial, tripé macroeconômico, inovação nas políticas assistenciais e financiamento da educação – medidas que permitiram a comemoração de 25 anos de estabilidade monetária em





1.º de julho.

O ciclo do PT no governo provocou uma guinada no modelo econômico, com grande viés estatizante. O sucesso do partido em experiências sociais, como o Bolsa Família, criou um discurso de que os partidos de esquerda são progressistas e os de direita, liberais na economia, separando a pauta de direitos da pauta econômica. O liberalismo não é nem um nem outro, mas os dois. A definição de Vargas Llosa é primorosa: "O liberalismo não é uma receita econômica, mas uma atitude fundada na tolerância, na vontade de coexistir com o outro e numa firme defesa da liberdade". Natural que diante do fracasso do modelo intervencionista, e da herança negativa deixada se enfatize a importância do funcionamento livre do mercado. Mas a saída para o Estado obeso e ineficiente não é a sua negação.

Num país onde metade da população não tem acesso ao saneamento e crianças saem da escola sem aprender o básico de Português e Matemática, a agenda da liberdade precisa ser mais abrangente do que o mantra "o

mercado resolve tudo". É fundamental incorporar iniciativas que criem igualdade de oportunidades e ajudem a mobilidade social. Acredito que a indignação da maior parte da sociedade com os retrocessos da agenda Bolsonaro – a negação da ciência, o conservadorismo absurdo nos costumes, o obscurantismo das ideias de seus auxiliares mais próximos, o desrespeito ao meio ambiente e a tendência a querer governar por decretos inconstitucionais – esteja abrindo os olhos dos brasileiros para a importância das ideias liberais. Neste século, o liberalismo é o contraponto perfeito à tendência mundial de crescimento do populismo nacionalista.

Esta nova forma de autoritarismo se reflete na tentativa de imposição de ideias homogêneas, sem abertura para debate e controvérsias. Mas a intolerância é o avesso do liberalismo. Bolsonaro nunca foi nem nunca será um liberal. Seu governo também não. Melhor deixar o liberalismo fora disso.

ECONOMISTA E
ADVOGADA

Future-se o futuro da universidade

MÁRCIA ABRAHÃO
MOURA

Reitora da Universidade de
Brasília (UnB)

Há pouco mais de duas semanas, o Ministério da Educação (MEC) lançou o programa Future-se. O projeto de lei (PL) do programa anuncia como finalidade “o fortalecimento da autonomia administrativa e financeira das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes), por meio de parceria com organizações sociais e do fomento à captação de recursos próprios.”

Ao mencionar o fortalecimento da autonomia universitária, o MEC admite que o país ainda precisa assegurar a plenitude desse preceito constitucional. Nesse ponto, há certamente consenso entre governo, educadores e comunidade acadêmica. O PL, entretanto, caso aprovado da forma em que se encontra, trará resultados opostos. O texto também traz diversas lacunas, como vem sendo explicitado por especialistas e juristas, e contraria o próprio programa de governo ao centralizar decisões no MEC.

Uma das preocupações é a proposta de utilização de uma organização social para fazer a gestão dos recursos das Ifes. Ao contrário do que foi divulgado, essa

mudança enfraqueceria a governança e flexibilizaria o controle da utilização dos recursos públicos. Atualmente, as instituições passam por rígido acompanhamento dos órgãos de controle, o que tem proporcionado grande melhoria de gestão. A UnB, por exemplo, além de outras providências, aprovou o Plano de Integridade, com medidas para prevenir, detectar e remediar eventuais ocorrências.

O Future-se define como novidade várias ações já desenvolvidas nas Ifes e não apresenta propostas genuínas de melhoria do que identificamos, há anos, como necessário para aprimorar a nossa missão de ensino, pesquisa e extensão. Tomemos como exemplo a captação de recursos. A UnB já arrecada grandes montantes — inclusive, cerca de 40% das despesas de custeio são pagas com nossos recursos próprios. Este ano, a Universidade tinha a expectativa de arrecadar R\$ 130 milhões, mas só teve R\$ 101,4 milhões liberados pela Lei Orçamentária Anual (LOA).

Assim, vê-se que, nesse aspecto, o problema não é na captação, e sim no limite imposto para a utilização do que arrecadamos, ainda mais restrito depois que a Emenda Constitucional nº 95 entrou em vigor. Há, no Congresso, propostas que tratam da liberação do orçamento para esses casos. Esse é um caminho. Outra solução pode vir do exemplo das

universidades estaduais paulistas, que têm liberdade para captar e utilizar os recursos na própria instituição. Basta, portanto, modernizar a legislação, para o que contamos com a parceria do Congresso Nacional.

Outra suposta inovação do programa diz respeito à aproximação com a iniciativa privada. Na UnB, desde 2015, 20 empresas passaram ou estão em fase de incubação. No ano passado, 52 tecnologias foram protegidas por patentes ou registro no Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI) e 174 projetos foram executados em parceria com a Finatec, uma das fundações de apoio credenciadas pela Universidade. Também já há normativos que permitem o recebimento de doações e a criação de fundos patrimoniais, apesar de vetos significativos ocorridos na recente promulgação da Lei nº 13.800/2019, que regula o tema. Há certamente espaço para melhorias nessa área.

Além disso, o Future-se, como o próprio nome já diz, parece ignorar as necessidades atuais das IFES. As universidades e institutos federais amargam um bloqueio de 30% do orçamento discricionário. Na UnB, são R\$ 48,5 milhões indisponíveis, contrariando o que foi aprovado pelo Congresso na LOA de 2019. Nossas instituições já se encontram com dificuldades para pagar despesas básicas, como a conta de





água e energia elétrica.

Como ocorre em vários setores, há muito a ser aprimorado em nossa educação. Mas não podemos ignorar dados que demonstram serem as Ifes exemplos de sucesso. Apesar de representarem apenas 12% do total de instituições de ensino superior do Brasil, em qualquer ranking nacional ou internacional, são as públicas que ocupam as primeiras posições (salvo raras e louváveis exceções). Respondemos por mais de 95% da produção científica brasileira. O mesmo ocorre em relação a indicadores de inovação, internacionalização e extensão. Nesses aspectos, a UnB também se destaca, dentro e fora do país. O nível de nossos egressos é outro indicador de excelência.

Por fim, é preocupante que um projeto sobre o futuro da educação superior não trate de temas essenciais para o país, como a formação de professores. É fundamental que o ponto de partida de alterações no

funcionamento das Ifes considere os princípios constitucionais de autonomia e gratuidade, a nossa experiência exitosa acumulada, o compromisso social das nossas instituições e as metas do Plano Nacional de Educação, aprovado pelo Congresso. Urge, ainda, o respeito à autonomia de gestão, que inclui a escolha dos dirigentes das instituições pela comunidade acadêmica.

A UnB, por meio de seus colegiados, iniciou o debate sobre o programa nesta semana, amparada pela análise técnica de especialistas de várias áreas. Temos responsabilidade com a história da Universidade e com as gerações futuras, que muito ainda poderão se beneficiar da riqueza de experiências e conhecimentos produzidos pela nossa instituição. Também continuaremos trabalhando com o Legislativo, o Executivo e a sociedade brasileira para construir propostas que aprimorem a educação brasileira.

Este ranking inédito traz os melhores cursos a distância no Brasil



EAD Ranking, que é apresentado como o "primeiro ranking de educação a distância do Brasil", é calculado com base em quatro indicadores

Por Camila Pati

São Paulo – Se o crescimento no número de estudantes do ensino superior particular que optam pelo ensino a distância continuar no ritmo que está, em

2023, eles vão superar os alunos de cursos presenciais de instituições privadas, segundo pesquisa da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES).

A cada cinco estudantes de ensino superior no Brasil, um utiliza a modalidade a distância. Dados do Censo Superior, divulgado pelo Inep, indicam que 1,8 milhão de universitários estão

na EAD. O ensino superior tem 8,3 milhões, segundo último Censo, divulgado ano passado.

Mas ao contrário dos cursos presenciais, os cursos a distância não são contemplados, com a mesma atenção, pelos rankings de faculdades. Uma iniciativa em parceria entre o Canvas, a Rede Rankintacs, a Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED), a Associação Brasileira de Treinamento e Desenvolvimento (ABTD) e o Grupo Gestão RH traz uma classificação inédita que mira exclusivamente educação a distância.

O EAD Ranking, que é apresentado como o "primeiro ranking de educação a distância do Brasil", é calculado com base em quatro indicadores: avaliação de tutores e coordenadores de cursos (40% da pontuação), popularidade entre empregadores (20% da





pontuação), efetividade dos recursos tecnológicos oferecidos pelo curso (20% da pontuação), quantidade de alunos por tutor (20%).

Foram avaliados, 200 cursos, em diversos níveis (regulares, graduação ou pós) e áreas de interesse. A maior pontuação ficou com uma pós na FECAP de São Paulo. Confira:

Ranking	Curso	Instituição	Estado
1	Pós Graduação em Gestão Pública, ênfase em Auditoria e Controladoria	Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado	SP
2	Assistente Administrativo	Senai	RJ
3	Pós Graduação em Produção de Grãos	Rehagro	MG
4	Letras Português	UNINASSAU	PE
5	Gerenciamento de Projetos	PUC Minas Virtual	MG
6	Licenciatura em Letras Português	UNINASSAU	PE
7	Letras Inglês	UNIVERITAS	RJ
8	Gestão de Pessoas	PUC Minas Virtual	MG
9	Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos	Faculdade Católica Paulista	SP
10	Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais	Universidade São Francisco	SP